



# ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

**EDUCAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO: PASSADO,  
PRESENTE, FUTURO**

MAI/JUN 2014

NÚMERO 4



# ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA  
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DE  
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

## COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ALBERTO ACOSTA, ANA TERESA SANTOS,  
ANTONIO DE LA FUENTE, CATARINA SILVA,  
CIDAC, JOÃO MARTINS, JORGE CARDOSO,  
LA SALETE COELHO, MARGARIDA ALVIM,  
MÓNICA SANTOS SILVA, PEDRO CRUZ,  
PEDRO KRUPENSKI, RITA PAIS, STEPHEN  
MCCLOSKEY, TOBIAS TROLL

**COORDENAÇÃO EDITORIAL** LILIANA  
AZEVEDO

**TRADUÇÃO** VANESSA MOREIRA

**REVISÃO** LILIANA AZEVEDO, NÉLIA  
RIBEIRO, VANESSA MOREIRA

**DESIGN GRÁFICO** ANA GRAVE

**ISSN** 2182-8199

**CONTACTOS** PLATAFORMA PORTUGUESA  
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,  
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /  
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /  
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD  
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /  
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

**PEDRO CRUZ** DIRECTOR EXECUTIVO /  
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

**CÉSAR NETO** RESPONSÁVEL DE  
COMUNICAÇÃO /  
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

**NÉLIA RIBEIRO** ASSISTENTE DE  
PROJECTO /  
NELIA.RIBEIRO@PLATAFORMAONGD.PT

## 3 EDITORIAL

## 4 DOSSIER ‘EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: PASSADO, PRESENTE, FUTURO’

## 16 BOAS PRÁTICAS

## 18 INICIATIVA

## 22 EM REDE

## 23 AJUDA HUMANITÁRIA DE EMERGÊNCIA

## 24 PUBLICAÇÕES

## 25 AGENDA

O próximo ano representa o marco temporal dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas também da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), não se sabendo ainda o que lhe irá suceder. Inovador a nível internacional, o plano de estratégia sectorial, de iniciativa do Estado, contou com a participação de diferentes actores da sociedade civil e instituições públicas, ao nível da construção, implementação, acompanhamento e avaliação. Neste processo, a Plataforma – através do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento (GTED) – e as suas associadas têm tido um papel relevante na sua dinamização.

Se foi possível definir um enquadramento comum, é porém mais difícil chegar-se a uma definição consensual do que é e não é a Educação para o Desenvolvimento (ED). Será que podemos falar em Educação para o Desenvolvimento ou devemos antes falar em Educações para o Desenvolvimento? Ainda faz sentido continuar a falar em ED ou devemos repensar a própria formulação do conceito, no sentido de este reflectir de forma mais clara o trabalho de sensibilização e de influência política junto da opinião pública, media e decisores, indo além do enfoque na intervenção pedagógica?

Em 2005, afirmou-se, no Consenso Europeu para o Desenvolvimento, a vontade de erradicar a pobreza e construir um mundo mais equitativo. Em 2012, o Parlamento Europeu pronunciou-se a favor de um reforço da ED, contudo não existe (ainda) uma estratégia europeia. Porém, num período de austeridade, crises e ampliação dos movimentos nacionalistas e populistas, é ainda mais premente incentivar uma visão de cidadania global. Isto é, favorecer reflexões críticas sobre as dinâmicas internacionais e mobilizar cidadãos e cidadãs para a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável.

Nesta edição, que contou com a colaboração editorial do GTED, percorremos a evolução da ED em Portugal e na Europa. O artigo de abertura do dossier, da autoria de Ana Teresa Santos (IMVF) e Jorge Cardoso (FGS),

sintetiza esse percurso e aponta as tendências actuais, impulsionadas pela crise global. Integra ainda o dossier um conjunto de textos nos quais associadas da Plataforma que desenvolvem projectos de ED com diferentes abordagens reflectem sobre as quatro áreas de intervenção definidas pela ENED. Assim, Mónica Santos Silva (IMVF) fala sobre o trabalho de sensibilização e apela aos actores do Desenvolvimento a renovarem a sua capacidade de resposta, Rita Pais (VIDA) aborda a vertente da educação formal e do trabalho em escolas, enquanto o CIDAC se debruça sobre as “outras escolas” e a educação não formal enquanto instrumento de construção da cidadania global e Margarida Alvim (FEC) perspectiva a influência política como um instrumento ao serviço do bem comum. Fechamos este dossier com um artigo de La Salette Coelho (ESE de Viana do Castelo), que tem apoiado na monitorização da ENED, e com uma entrevista a Antonio de la Fuente, membro do ITECO, onde alerta para a necessidade de simplificar as mensagens mas não as tornar simplistas.

E porque as experiências internacionais representam muitas vezes fontes de inspiração e oportunidades de aprendizagem, a rubrica Boas Práticas inclui dois textos: um de Alberto Acosta, economista equatoriano, sobre o Buen Vivir, cosmovisão latino-americana que questiona o conceito de Desenvolvimento, e outro de Stephen McCloskey (Centre for Global Education), que explora as potencialidades do cinema no campo da ED.

Nesta edição, damos ainda a conhecer o Global Citizens Movement pela caneta de Tobias Troll (DEEEP) e duas das iniciativas nas quais a Plataforma tem estado envolvida: a consulta pública nacional sobre o Pós-2015 e carta aberta contra a adesão da Guiné Equatorial à CPLP. A revista encerra com um artigo de opinião de João Martins enquanto membro do Grupo de Trabalho de Ajuda Humanitária da Plataforma.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



O QUE É  
ED?



O QUE NÃO  
É ED?





# EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: PASSADO, PRESENTE, FUTURO

**ANA TERESA SANTOS**

TÉCNICA NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PARA  
CIDADANIA GLOBAL NO IMVF<sup>1</sup>

**JORGE CARDOSO**

TÉCNICO DA EQUIPA DE CIDADANIA GLOBAL E  
DESENVOLVIMENTO NA FGS<sup>2</sup>

MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO PARA  
O DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA

## O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ED)

Antes de mais, convém esclarecer que o conceito de ED não tem uma definição consensual. Na verdade, aquilo que é e o que não é a ED, bem como a sua relação com outras “Educações para” (para a Paz; para os Direitos Humanos; etc.), pode ser considerado um tema da própria ED. Complicado? Por vezes.

Desembrulhemos um pouco. Não estamos perante um conceito estático, mas antes perante uma proposta pedagógica e de intervenção dinâmica e em construção. Mas como proposta estruturada que é, apesar das muitas definições e dos vários entendimentos, algumas linhas de força consensuais emergem.

Em primeiro lugar, a ED assume-se como um instrumento de luta contra a exclusão, a injustiça e as desigualdades globais<sup>3</sup>, conjugando para isso três dimensões inseparáveis: a pedagógica (é um processo de aprendizagem); a ética (tendo a justiça, a equidade, a solidariedade e a inclusão como princípios que

norteiam o seu pensamento e acção); e a política (vocacionado para a transformação social, assente numa autorreflexividade crítica permanente, capaz de desmontar as relações de poder e de hegemonia que se vão insinuando em todas as escalas)<sup>4</sup>.

Nesta lógica, podemos dizer que a ED é uma proposta que sensibiliza, questiona, consciencializa, forma e mobiliza as pessoas, fazendo crescer a vontade de mudar o que é injusto e desenvolvendo visões, estratégias, propostas e práticas que concretizem essa vontade de combater a injustiça. Considera-se ainda que a ED influencia as políticas: denuncia aquelas que sistematicamente originam ou perpetuam a pobreza, a exclusão e as desigualdades; propõe políticas concretas conducentes à promoção do bem comum à escala local e global<sup>4</sup>. Daqui advêm três formas de intervenção, muitas vezes comunicantes: a sensibilização, a intervenção pedagógica e a influência política<sup>6</sup>.

Por fim, como aspectos específicos da ED, apontam-se a centralidade conferida às realidades e percepções das periferias (ou do “Sul”) num sistema de interdependência centro-periferia (ou “Norte” - “Sul”), bem como o foco na explicitação das causas estruturais dos problemas globais e locais, das desigualdades e das injustiças, questionando o próprio desenvolvimento, ao nível do pensamento e da acção<sup>7</sup>.

### PERCURSO HISTÓRICO

E para tudo isto, tem contribuído a já longa história da ED, que pode ser facilmente compreendida através da sistematização de Manuela Mesa (**Centro de Educación e Investigación para la Paz - Fundación Cultura de Paz**), que procura organizar a ED de forma diacrónica, observando a sua evolução ao longo dos tempos<sup>8</sup>.

Tendo aparecido nos anos 40 a nível internacional, primeiro com uma característica sobretudo assistencialista focada na recolha de fundos, a ED afirmou-se nos anos 60 já com um enfoque nos processos de Desenvolvimento envolvendo vários actores. Mas é nos anos 70 que se dá início a uma ED que privilegia o pensamento crítico, época que tem o seu ponto alto no reconhecimento da UNESCO de uma “**Educação para a Compreensão, Cooperação e Paz Internacionais e a Educação relativa aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais**” através de uma recomendação datada de 1974. É também nesta altura que a ED começa a dar os primeiros passos em Portugal, focando-se sobretudo em acções clandestinas de informação e sensibilização sobre a guerra colonial.

‘ESTE É UM DIÁLOGO AINDA EM ABERTO [...] QUE INDICA CAMINHOS DE FUTURO DIFERENTES DOS PERCORRIDOS MAIORITARIAMENTE ATÉ AGORA, DESTACANDO-SE A IDEIA DE UMA MAIOR LIGAÇÃO COM INSTITUIÇÕES DE INTERVENÇÃO LOCAL E COM MOVIMENTOS SOCIAIS’

Nos anos 80, e tal como vai acontecendo ao longo de todas as épocas, a ED acompanha os debates internacionais e passa a incluir os debates sobre Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano, ampliando a sua agenda e potenciando um maior entendimento sobre as interdependências globais.

Já nos anos 90 e depois de 2000, com o acentuar do processo de globalização, a ED passa a focar-se numa compreensão crítica dos fenómenos da globalização levando ao aparecimento da expressão Educação para a Cidadania Global que já é hoje adoptada por muitas organizações.

E é precisamente nos anos 90 e sobretudo depois da viragem do Milénio que o reconhecimento da ED se acentua e que as iniciativas que plasmam esse reconhecimento se multiplicam.

### NOVAS TENDÊNCIAS

Impulsionado pela crise global, o diálogo sobre a ED tem visto aparecer um conjunto de novas tendências que confluem para duas ideias centrais, não necessariamente novas, mas que têm ganho nos últimos anos uma força que não tinham antes: a necessidade de promover uma mudança sistémica (e não apenas uma qualquer mudança “para melhor”); e a importância fundamental de os seus actores estarem conectados também com as realidades e problemas mais próximos dos seus locais de acção.

Este é um diálogo ainda em aberto e que tem concentrado grande parte da reflexão interna dos actores de ED, mas que indica caminhos de futuro diferentes dos percorridos maioritariamente até agora, destacando-se a ideia de uma maior ligação com instituições de intervenção local e com movimentos sociais e, acima de tudo, o assumir plenamente a dimensão política da ED, começando pelas próprias ONGD e pelo “mundo do Desenvolvimento”. Desafios que valem a pena abraçar.

<sup>1</sup> INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLÔR

<sup>2</sup> FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

<sup>3</sup> ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, PÁG. 17.

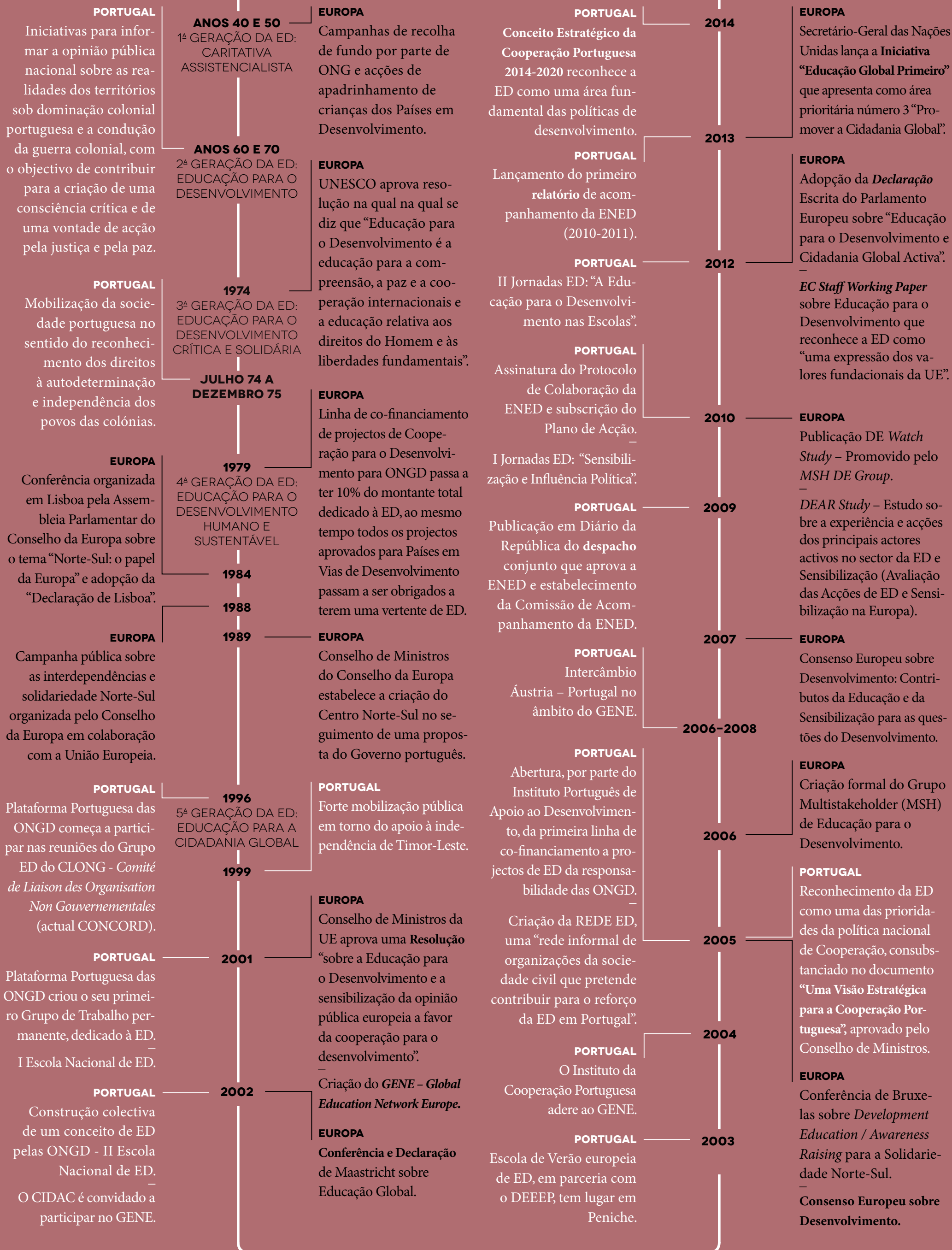
<sup>4</sup> IDEM, PÁGS. 17 E 18.

<sup>5</sup> IDEM, PÁG. 18.

<sup>6</sup> IDEM, PÁGS. 22 E 23.

<sup>7</sup> IDEM, PÁG. 22.

<sup>8</sup> MESA, M. (2011), “REFLEXIONES SOBRE EL MODELO DE LAS CINCO GENERACIONES DE EDUCACIÓN PARA EL DESARROLLO”, EDUCACIÓN GLOBAL RESEARCH, ONLINE, NºO, 161–167





## ‘TRANSFORMERS’: NOVAS FORMAS DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO

MÓNICA SANTOS SILVA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL DO IMVF<sup>1</sup>

Quando falamos em Educação para o Desenvolvimento (ED) falamos em valores, em Justiça Social, em Equidade, em Igualdade.

Porque se baseia na “transformação individual e colectiva e privilegia a participação, a horizontalidade, a construção colectiva e cooperativa do conhecimento e da acção”<sup>2</sup>, a ED é por excelência o pilar da política de Desenvolvimento.

Só o pleno entendimento da multidimensionalidade da pobreza, do que é e para que serve a Ajuda Pública ao Desenvolvimento ; porque é que é importante desenvolver novas formas de economia social e solidária; e porque devemos actuar na luta contra as desigualdades irá permitir aos cidadãos uma reflexão crítica sobre os novos (e velhos) desafios que se colocam ao Desenvolvimento.

Não tenhamos dúvidas. É necessário reforçar a nossa abordagem. Quando falamos em interdependências não podemos deixar de abordar a questão do emprego; sobrepopulação; consumo responsável; acesso e partilha de bens comuns; qualidade e acesso à educação; boa governação; Direitos Humanos; Género; saúde; etc. É um rol de temáticas que se ligam em teia para dar resposta ao que acreditamos ser a Justiça Social.

Os Actores do Desenvolvimento podem usar abordagens tradicionais ou vanguardistas, podem ser mais reflexivos ou activistas, mas todos têm de renovar a sua capacidade de dar resposta a uma sociedade com acesso permanente a canais de informação. Temos de procurar novos públicos, novas abordagens e novas ferramentas.

‘OS ACTORES DO DESENVOLVIMENTO [...] TÊM DE RENOVAR A SUA CAPACIDADE DE DAR RESPOSTA A UMA SOCIEDADE COM ACESSO PERMANENTE A CANAIS DE INFORMAÇÃO [...] PROCURAR NOVOS PÚBLICOS, NOVAS ABORDAGENS E NOVAS FERRAMENTAS.’

Porque não promover a ED nos transportes, nos museus, nas passadeiras, ou nas fachadas das nossas instituições? Porque não criar o dia das ONGD de portas abertas? Os agentes de ED são conhecidos pelas suas metodologias participativas, pelo idealismo, e pelos seus post-it: usemos o humor para encher a cidade com post-it sobre as várias temáticas da Cidadania Global e suas formas de acção? Vamos deixar a semente, espicaçar a curiosidade da comunidade para depois, sim, conseguirmos aprofundar a reflexão crítica!

Questionamos a eficácia das múltiplas campanhas, temos dúvidas sobre os embaixadores das causas sociais, mas a verdade é que para muitos cidadãos esta é a forma de ouvirem falar de temáticas longe do seu quotidiano. Atacamos o Facebook, as mensagens breves e sem conteúdo...mas o que precisamos é poder de síntese! Sim temos de desmitificar que a ED é essa realidade complexa de múltiplos conceitos e teorias! Temos de mostrar que somos proactivos, eficazes e assertivos!

Promover e desenvolver acções de ED nas festas populares, nas bicas e chafarizes, nos jogos de futebol, em ginásios e nos parques infantis é um desafio que nem todos os Actores do Desenvolvimento vão aceitar.

A ENED termina a sua vigência em 2015, ano de viragem para uma nova Agenda do Desenvolvimento. É agora o momento de fazermos ouvir a nossa voz. Não o fazemos pelos nossos projetos, mas sim pelos seus objectivos: a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva!

<sup>1</sup> INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLÔR

<sup>2</sup> ENED – ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO



# EDUCAÇÃO FORMAL: TRILHAR CAMINHOS DE EMPATIA

RITA PAIS

COORDENADORA DE PROJECTO DE EDUCAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO | ONGD VIDA<sup>1</sup>

No âmbito da Educação Formal, uma das medidas de intervenção traçadas pela VIDA ONGD tem vindo a concretizar a sua presença de forma mais sistemática em escolas da grande Lisboa, desde o passado mês de Outubro<sup>2</sup>.

Assumir o compromisso de aumentar o conhecimento e a compreensão de questões ligadas ao Desenvolvimento, preparando as crianças e jovens para viverem e participarem numa sociedade global, incentivando uma cidadania activa, não é um trabalho de todo linear.

Se, por um lado, a Educação para o Desenvolvimento ou para a Cidadania Global nas escolas é desenvolvida como um exercício dirigido à liberdade e responsabilidade individuais, sem carácter moralista ou impositivo, por outro, pretende fazer chegar às crianças e jovens a consciência de que as suas decisões quotidianas têm impacto não só nas suas vidas, mas nas de todas as pessoas; e da responsabilidade que cada indivíduo tem enquanto causa e simultaneamente efeito de problemas como as alterações climáticas.

Contudo, modelos de Desenvolvimento assentes na competição, no crescimento económico e no alcance desse estatuto continuam a ser preconizados pela escola, no seu geral. Na verdade, a escola espelha e reproduz, em simultâneo, a massa social, o seu comportamento e aspirações. Se, por um lado, há toda a abertura e disponibilidade para incrementar conhecimentos e competências que promovam a justiça social, através de diversas actividades, projectos e pela iniciativa e vontade de pessoas, por outro, este trabalho parece surgir um pouco em

incoerência e ruptura com as mensagens de estatuto material que continuam latentes e a ser evocadas pela instituição escola.

Mas, se até à crise, a cultura do “posso, logo faço” ou “tenho, logo sou” tinha mais força, o facto de esta nos tocar a todos e todas, e de forma dramática, permite esta aproximação ao Outro, trazendo inevitavelmente à tona uma empatia mais profunda por parte das novas gerações face a realidades de pobreza, injustiça ou desrespeito pelos direitos humanos, ao mesmo tempo que lhes torna mais evidente o facto de que alternativas comprometidas com a dignidade humana são não só possíveis, como a direcção a adoptar na sobrevivência e felicidade humanas.

Educar para o Desenvolvimento é, no seu princípio, a estimulação de um processo empático, de constatação de que o Eu é também o Tu e o Ele ou Ela e que, juntos, constroem o Nós aqui, no nosso Planeta – tarefa não ideologicamente isenta de uma visão harmónica e sustentável do mundo, mas que se assume como um caminho em construção.

‘A EDUCAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO OU  
PARA A CIDADANIA GLOBAL  
NAS ESCOLAS [...] PRETENDE  
FAZER CHEGAR ÀS CRIANÇAS  
E JOVENS A CONSCIÊNCIA  
DE QUE AS SUAS DECISÕES  
QUOTIDIANAS TÊM IMPACTO  
NÃO SÓ NAS SUAS VIDAS, MAS  
NAS DE TODAS AS PESSOAS’

<sup>1</sup> VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

<sup>2</sup> PLANETA VIDA – THE NEXT GENERATION (WWW.PLANETAVIDA.ORG)





EXPOSIÇÃO ALFABETO DO DESENVOLVIMENTO  
NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ARRAIOLOS.  
PORTUGAL. MONTE ACE. 2014



## AS OUTRAS “ESCOLAS”

CIDAC – CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
AMÍLCAR CABRAL

Resumir os possíveis processos de aprendizagem numa sociedade unicamente ao sistema formal (apesar da sua importância), é descurar todo um conjunto de processos informais e não-formais de educação e formação de crianças, jovens e adultos.

Frequentemente, o sistema de educação formal, surge como o mecanismo pedagógico principal na formação dos/as cidadão/ãs. Em sociedades com redes escolares estruturadas, e com condições sócio-económicas que permitem aos jovens frequentar plenamente a escola, o sistema formal de ensino é o meio que agrega, de forma orgânica, a maior quantidade de pessoas e recursos dedicados à aprendizagem.

A cidadania é uma experiência individual e uma acção colectiva, ao longo da vida. É através dela que se constrói este processo constante e nunca terminado de criação de pensamento e acção autónomos e críticos, que a ED pressupõe. E que não passa só pelo tempo escolar, mas cada vez mais por exposição a meios de aprendizagem informal, como a convivialidade familiar e de amigos ou os múltiplos veículos de comunicação de massas. E também pelo que se convencionou designar de Educação Não Formal (ENF).

A ENF implica uma participação voluntária e não hierarquizada do/a aprendiz, não sendo um processo e uma proposta metodológica fechados. Em comum com a ED têm algumas características e princípios: o centrar-se nos participantes – nos seus percursos, conhecimentos e capacidades, nas suas expectativas e nos seus gostos; o combinar uma formação prática e específica com uma preocupação crítica face ao mundo no qual vivemos; o entrelaçar das aprendizagens individuais e colectivas.

Por isso, a ENF é um instrumento imprescindível na contribuição que dá para processos de aprendizagem de ED e de construção

da cidadania global, tanto fora, como dentro do próprio sistema formal de ensino, neste caso complementando-o. Facilita a abordagem e o debate, de forma própria, de conceitos e problemáticas por vezes não considerados ou subestimados, pelos mais diferentes motivos, noutros contextos. No entanto, em Portugal, a ENF é ainda pouco reconhecida, apesar da experiência acumulada.

‘A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL  
É UM INSTRUMENTO IMPRESCINDÍVEL NA CONTRIBUIÇÃO  
QUE DÁ PARA PROCESSOS DE  
APRENDIZAGEM DE ED E DE  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA  
GLOBAL, TANTO FORA, COMO  
DENTRO DO PRÓPRIO SISTEMA  
FORMAL DE ENSINO, NESTE  
CASO COMPLEMENTANDO-O’

No quadro da ED, ela tem apoiado tanto a realização de processos de discussão colectiva sobre diferentes temáticas, como a desconstrução de estereótipos, ou a análise crítica das contradições e injustiças do mundo em que vivemos. Referindo alguns exemplos: o projecto **Radar**, promovido pela PAR – Respostas Sociais, que se propôs trabalhar a forma como os media abordam o Desenvolvimento; o projecto **Nô Djunta Mon**, da responsabilidade do ISU, que relaciona a ED e o voluntariado para a Cooperação e forma voluntários/as nesta óptica; ou o projecto **Contraponto**, lançado pelo CIDAC, visando pôr em questão e debater o conceito de Desenvolvimento. Mas nem só de projeto vive a ENF! A Sistematização de Experiências é exemplo de uma metodologia que (dentro ou fora de projetos) permite aprender a partir das próprias experiências, colectivas e individuais, e tem-se revelado como um reservatório único de descobertas e estímulos à prática da cidadania global.

## O DESAFIO E A OBRIGAÇÃO DE INFLUENCIAR POLÍTICAS

MARGARIDA ALVIM

GESTORA DE PROJECTOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E ADVOCACIA SOCIAL NA FEC<sup>1</sup>

A influência política é uma das formas de intervenção em ED, devidamente enquadrada na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

Influenciar políticas pode remeter-nos para algo mais obscuro e negativo. Participar activamente na construção do Bem Comum, através da construção de políticas centradas nas Pessoas, pode ser uma forma mais positiva e responsabilizadora de tratar o tema. *Influenciar* leva-nos a jogos de poder, complexos. Jogos que existem e marcam o nosso Mundo, perto e longe. Jogos em que temos de participar. Não pelo prazer de jogar e ganhar o jogo. Mas sim pelo dever de responsabilidade pelo Bem Comum, dever e desejo que, por natureza, move cada ser humano, move a Humanidade. *Cada pessoa pode ser protagonista de mudança no seio de uma sociedade civil orientada para o bem comum.* As escolhas que fazemos ao nível do Consumo, do direito de voto, do acesso à informação são algumas formas, entre tantas, de o fazer.

Para que possa ser instrumento ao serviço do Bem Comum (e não um fim em si mesmo), construtivo e estruturante, a influência política exige um conhecimento atento e profundo da realidade e a concertação dos diferentes actores que a compõem, dois factores que muitas vezes são difíceis de cumprir. Em fidelidade a um verdadeiro mecanismo de ED, tanto o processo como os conteúdos e resultados devem ser atentamente e autocriticamente cuidados. A Coerência (medir bem os meios para atingir os fins), a Humildade (que res-

peita a opinião dos outros, centrada no Bem a alcançar e não no protagonismo próprio), a Temperança (capaz de concertar e não atropelar actores), a Liberdade (que luta sem medo pela Verdade e pela Justiça), a Perseverança (que não desiste e que não cede à tentação ao fogo de vista de apresentar resultados rápidos)... são alguns dos ingredientes que sempre deveríamos ter na bagagem quando nos cabe a missão de trabalhar “oficialmente” em influência política.

De forma a dar cumprimento ao cerne da sua Missão – promover o desenvolvimento humano integral - a FEC tem sido chamada a ter um papel cada vez mais interventivo no acompanhamento de políticas, procurando ser fiel a estes valores, com especial referência aos princípios da *subsidiariedade* e *participação*.

‘A INFLUÊNCIA POLÍTICA EXIGE  
UM CONHECIMENTO ATENTO  
E PROFUNDO DA REALIDADE  
E A CONCERTAÇÃO DOS  
DIFERENTES ACTORES QUE  
A COMPÕEM’

Advocacia e influência nas políticas de saúde materno-infantil e formação dos recursos humanos de saúde em Angola; defesa dos Direitos das Crianças e influência das políticas educativas na Guiné-Bissau, com a formação de educadores e gestores escolares; acompanhamento das políticas globais para a Segurança Alimentar em conjunto com a Rede CIDSE<sup>2</sup>; análise do impacto destas políticas nos territórios e a sua concertação com estratégias locais em Portugal são algumas das expressões deste trabalho. Com os pés na realidade, a sentir o que cada protagonista dessa realidade experimenta, procuramos trazer à luz dimensões escondidas (alunos com necessidades especiais na Guiné-Bissau, micro produtores nos territórios de minifúndio do nosso país...), aproximar actores e, em conjunto, destrinçar, enfrentar e avaliar políticas... para perceber de que modo encontrar caminhos que se enquadrem nas políticas existentes e ao mesmo tempo, de que modo as influenciar no sentido da adesão à realidade, da Justiça e do Bem Comum.

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

<sup>2</sup> WWW.CIDSE.ORG (REDE INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, DA QUAL A FEC FAZ PARTE)



# ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (ENED) 2010–2015

## CONQUISTAS E DESAFIOS

LA SALETE COELHO

GABINETE DE ESTUDOS PARA A EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ESE-IPVC<sup>1</sup>

A ENED conta, desde Julho de 2011, com o envolvimento da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), no sentido de apoiar a operacionalização do dispositivo de planeamento, acompanhamento e avaliação, elaborado aquando do Plano de Acção (PA) da ENED. Esta monitorização regular tem permitido perceber melhor as conquistas e identificar os desafios.

Ao fim destes três anos de trabalho, poderemos salientar os seguintes pontos positivos: o mapeamento de actividades/projectos realizados, com metodologias cada vez mais fiáveis; o estreitamento de relações entre as entidades subscritoras do PA-ENED, as ONGD inscritas na Plataforma Nacional e as ESE; a discussão conceptual e o processo formativo fomentados por encontros entre diversos actores e a maior apropriação da Estratégia por parte dos actores envolvidos.

Persistem, no entanto, alguns desafios, nomeadamente a necessidade de reforço das tipologias de acção que se têm revelado menos cobertas – a promoção de actividades envolvendo estabelecimentos de ensino e actores de ED, a promoção da investigação, a formação de agentes e as acções de influência política; a necessidade de diversificação dos financiamentos

disponíveis para a concretização da Estratégia, de uma distribuição territorial mais equilibrada das acções, através do trabalho em rede entre actores de ED de diferentes regiões do país, e do alargamento do âmbito do relatório às questões da qualidade dos projectos.

São de salientar, ainda, os resultados associados às actividades transversais de dinamização e de acompanhamento da ENED levados a cabo até ao momento: encontros regulares das entidades subscritoras do PA da ENED, exercícios de planificação anual, processos de elaboração de relatórios de acompanhamento, organização e participação no processo de *Peer Review* do *Global Education Network Europe (GENE)* e as 3 edições das Jornadas de ED.

Num futuro próximo identificam-se os seguintes momentos-chave: a realização do I Fórum de ED, que envolverá o lançamento do Relatório do *Peer Review* do GENE e a preparação da avaliação final da Estratégia, pensada para o término da vigência da mesma, em 2015. O que se seguirá a esta ENED começa agora a ser equacionado.

<sup>1</sup> ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

---

**ENTIDADES SUBSCRITORAS DO PLANO DE ACÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO** ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural; APA - Agência Portuguesa do Ambiente; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ARIPESE – Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação; CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; Camões – Instituto da Cooperação e da Língua; CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral; CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Comissão Nacional Justiça e Paz; CNJ – Conselho Nacional da Juventude; Direcção-Geral da Educação; Instituto Português do Desporto e da Juventude e a Plataforma Portuguesa das ONGD.

---

## À CONVERSA COM...

### ANTONIO DE LA FUENTE

JORNALISTA E RESPONSÁVEL DE PUBLICAÇÕES NO ITECO<sup>1</sup>

ENTREVISTA REALIZADA POR  
**LILIANA AZEVEDO**  
GESTORA DE PROJECTOS NA  
ACEP E MEMBRO DA DIRECÇÃO  
DA PLATAFORMA

#### O ITECO COMEMOROU 50 ANOS EM DEZEMBRO PASSADO, QUE APRENDIZAGENS RETIRA DE MEIO SÉCULO DE TRABALHO EM PROL DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL?

O ITECO foi criado em Bruxelas, em 1963, em plena descolonização da África Central. Algumas associações e grupos de apoio ao desenvolvimento da região quiseram adaptar-se a essa nova realidade para continuar a colaborar e rapidamente compreenderam que era necessário formarem-se para enfrentar os novos desafios. O ITECO nasceu assim para cumprir esse objectivo, o de formar as novas gerações que se interessavam pela realidade do Terceiro Mundo e que queriam colaborar para impulsionar o seu desenvolvimento. Cinquenta anos mais tarde a realidade mudou radicalmente. E também poderia dizer-se que mudou apenas em parte. No entanto, o que não mudou, ou muito pouco, é a distância que continua a separar as sociedades ricas das pobres – África da Europa, por exemplo, apesar da proximidade geo-

gráfica –, também não mudou a necessidade de nos formarmos para compreendermos essa distância e, sobretudo, para tentar reduzi-la através da solidariedade internacional. Esta não é decerto a única via possível para o tentar, nem sequer, ou nem sempre, a mais horizontal. Mas é a via que temos seguido ao longo destes anos e a que tentaremos perseverar. Não de forma mecânica, em qualquer caso, mas sim crítica. Assim, a questão que abordámos na celebração dos cinquenta anos do ITECO foi esta: «Cooperação ao Desenvolvimento, parar ou continuar?»

‘DEVERÍAMOS IR NESTA DIRECÇÃO: SIMPLIFICAR AS MENSAGENS TORNANDO-AS COMPREENSÍVEIS E ATRACTIVAS SEM QUE COM ISSO SE CONVERTAM EM SIMPLIFICAÇÕES ABUSIVAS, EM FALSIDADES.’

#### NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS NO CAMPO DA ED NO ACTUAL CONTEXTO EUROPEU E QUAIS AS IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DAS ONGD?

Desde o início dos anos oitenta, quando o Parlamento Europeu aprovou uma moção que propunha que 10% dos fundos europeus destinados à Cooperação deviam ser alocados à Educação para o Desenvolvimento que se designa assim o trabalho de sensibilização do público para a realidade dos países do Sul e para a interdependência Norte-Sul. Idealmente, os montantes destinados à Educação para o Desenvolvimento deveriam complementar a Ajuda para o Desenvolvimento e não diminuir os fundos destinados

à Cooperação. Os tempos são duros, particularmente neste campo, mas convém não esquecer esta evidência: o objectivo da Cooperação – e a Educação é parte da Cooperação – é contribuir para o Desenvolvimento dos países do Sul.

Quanto ao contacto com o público, é verdade que a Educação para o Desenvolvimento poucas vezes consegue relacionar-se com um público mais amplo do que o público tradicional das associações. E quando o faz nem sempre transmite uma mensagem simples e compreensível sem que seja simplificadora. Deveríamos ir nesta direcção: simplificar as mensagens tornando-as compreensíveis e atractivas sem que com isso se convertam em simplificações abusivas, em falsidades.

Por outro lado, e perante o avanço da demagogia populista que ameaça com o recuo das sociedades europeias para formas regressivas de fechamento, é imaginável que tal retrocesso seria ainda pior sem o trabalho constante das associações de Educação para o Desenvolvimento nas escolas, nos sindicatos, nos bairros, onde as pessoas se reúnem e discutem. Isto leva-me a pensar que o necessário processo de profissionalização das ONG não deve representar nunca um abandono do contacto destas com a base social, que é o que dá sentido à própria existência das ONG e ao seu trabalho.

<sup>1</sup> CENTRE DE FORMATION POUR LE DÉVELOPPEMENT



ANTONIO DE LA FUENTE





PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2014

---

## RECURSOS FUNDAMENTAIS

Bourn, Douglas (ed.) (2008) *Development Education: Debates and Dialogues*, Institute of Education, London.

Centre for Global Education, *Policy & Practice: A Development Education Review*

Development Post (2012) *The Education Puzzle: Putting the Pieces Together*

CE (2007), *Special Eurobarometer 405 - EU Development Aid and the Millennium Development Goals*

Elsevier, *International Journal of Educational*

IPAD (2009) *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)*

North-South Centre of the Council of Europe (2012), *Final Report - 2nd European Congress on Global Education*

Regan, Colm et. al. (ed.) (2012) *80:20 Development in an Unequal World*

UNESCO (1974) *Recomendação da UNESCO sobre a Educação para a Compreensão, Cooperação e Paz Internacionais e a Educação relativa aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais*

## SITES DE REFERÊNCIA

Camões, IP. - Educação para o Desenvolvimento / Centre for Global Education / [DevelopmentEducation.ie](http://DevelopmentEducation.ie) / Development Education Research Centre (DERC) / DEEEP – Developing Europeans Engagement for the Eradication of Poverty / Development in Action

---

# ‘BUEN VIVIR’, UMA OPORTUNIDADE PARA CONSTRUIR OUTROS MUNDOS

ALBERTO ACOSTA  
ECONOMISTA EQUATORIANO <sup>1</sup>

A América Latina, a partir de uma crítica renovada ao desenvolvimento tradicional, encontra-se num processo de reencontro com as suas origens. Por um lado, mantém-se e recupera-se uma tradição histórica de crítica e questionamento. Por outro, surgem novas concepções, sobretudo originárias dos povos ancestrais da *Abya Yala* (nome da América antes da chegada dos conquistadores), assim como também provenientes de outras regiões.

Enquanto boa parte das posturas sobre o desenvolvimento tradicional, e inclusive muitas correntes críticas, se desenvolvem dentro dos saberes ocidentais próprios da Modernidade, as propostas latino-americanas mais recentes escapam a esses limites. Existem práticas e vivências que dão conta disto em muitas comunidades indígenas. É por isso imperioso recuperá-las, assumindo-as tal como são, sem as idealizar.

Neste sentido, o *Buen Vivir* não é uma originalidade nem uma novidade dos processos políticos do século XXI nos países andinos, mas faz parte de uma longa procura de alternativas de vida.

É de assinalar que estas propostas alternativas surgem de grupos tradicionalmente marginalizados. O *Buen Vivir* representa uma cosmovisão diferente da ocidental por surgir de raízes comunitárias não capitalistas.

O *Buen Vivir* é algo diferente do desenvolvimento. Não se trata de aplicar um conjunto de políticas, instrumentos e in-

dicadores para sair do “subdesenvolvimento” e chegar àquela condição desejada de “desenvolvimento”. Uma tarefa aliás inútil. Quantos países chegaram ao desenvolvimento? Muito poucos, assumindo que a meta perseguida pode ser considerada como desenvolvimento.

‘O ‘BUEN VIVIR’ É ALGO DIFERENTE DO DESENVOLVIMENTO. NÃO SE TRATA DE APLICAR UM CONJUNTO DE POLÍTICAS, INSTRUMENTOS E INDICADORES PARA SAIR DO “SUBDESENVOLVIMENTO” E CHEGAR ÀQUELA CONDIÇÃO DESEJADA DE “DESENVOLVIMENTO”. UMA TAREFA ALIÁS INÚTIL.’

A dificuldade radica no próprio conceito de desenvolvimento. O mundo vive um “mau desenvolvimento” generalizado, incluindo os países industrializados, quer dizer, os países cujo estilo de vida devia servir como factor referencial para os países menos desenvolvidos. Mas isso não é tudo. O funcionamento do sistema mundial é “mau desenvolvedor”.

Em suma, é urgente recusar o conceito tradicional de progresso na sua deriva produtivista e de desenvolvimento numa direcção única, sobretudo na sua visão mecanicista de desenvolvimento económico, assim como os seus múltiplos sinónimos. Mas não se trata apenas de os destruir, é necessária uma visão diferente, muito mais rica em conteúdos e em dificuldades.

Texto editado, aceda à versão integral (em espanhol) [aqui](#).

<sup>1</sup> É TAMBÉM PROFESSOR E INVESTIGADOR NA FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES (FLACSO-ECUADOR). FOI MINISTRO DA ENERGIA E DAS MINAS, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.



# ‘GETTING THE BIGGER PICTURE’: CINEMA E EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

STEPHEN MCCLOSKEY

DIRECTOR DO CENTRE FOR GLOBAL EDUCATION<sup>2</sup>

Quando se reformou em 2013, o crítico de cinema do jornal *The Observer*, Phillip French, descreveu o cinema como “a grande forma de arte do século XX” e afirmou que “este século continua no mesmo caminho”. O cinema continua pois a gozar de um estatuto popular nas nossas vidas culturais apesar dos múltiplos pontos de acesso digitais para jogar, ver filmes e televisão. Tendo em conta a sua capacidade de difusor de conhecimento, imagens, mensagens e temas para o grande público e para uma audiência internacional, o cinema reveste-se de uma grande importância para os profissionais da Educação para o Desenvolvimento. É, no entanto, um “meio para o desenvolvimento do conhecimento pouco estudado” (Lewis et al., 2013:20<sup>3</sup>). O sector da ED tem ainda, sem dúvida, que explorar melhor o potencial do cinema enquanto meio educacional para um determinado público-alvo ou enquanto impulsionador de debate entre profissionais. Além disso, a acessibilidade da tecnologia digital colocou o próprio processo cinematográfico ao alcance das organizações de desenvolvimento.

Existem alguns exemplos de boas práticas no sector da ED, como a produção de recursos com base no vídeo, a divulgação do cinema do Sul global – que raramente encontra espaço nas nossas salas de cinema – ou a formação de realizadores. Mas ainda é possível reforçar o contributo da ED nas metodologias e conteúdos utilizados na formação em cinema, particularmente na criação de um cinema mais desafiante que aborde temas centrais para as vidas das populações dos países do Sul. No entanto, a associação mais tradicional entre

cinema e ED está na utilização do cinema como um meio educacional para abordar temas globais, apoiar debates e inspirar a acção.

‘O SECTOR DA ED TEM AINDA, SEM DÚVIDA, QUE EXPLORAR MELHOR O POTENCIAL DO CINEMA ENQUANTO MEIO EDUCACIONAL PARA UM DETERMINADO PÚBLICO-ALVO OU ENQUANTO IMPULSIONADOR DE DEBATE ENTRE PROFISSIONAIS.’

O cinema contém um potencial significativo para os profissionais de ED em matéria de sensibilização para o desenvolvimento, mas pode também ser fonte de inquietante homogeneização cultural, devido à posição dominante dos filmes norte-americanos em todo o mundo. O desafio da ED é defender um cinema alternativo que respeite a diversidade, proteja as identidades regionais e nacionais e promova os direitos culturais. O documentário é o exemplo de um género que continua a prosperar apesar dos espaços culturais limitados com disponibilidade para mostrar trabalhos fora da indústria de Hollywood.

<sup>1</sup> TEXTO ADAPTADO DE [WWW.DEVELOPMEN TEDUCATIONREVIEW.COM/ISSUE18-EDITORIAL](http://WWW.DEVELOPMEN TEDUCATIONREVIEW.COM/ISSUE18-EDITORIAL) (EM INGLÊS)

<sup>2</sup> [WWW.CENTREFORGLOBALEDUCATION.COM](http://WWW.CENTREFORGLOBALEDUCATION.COM)

<sup>3</sup> LEWIS ET AL. (2013), “THE PROJECTION OF DEVELOPMENT: CINEMATIC REPRESENTATION AS AN(OTHER) SOURCE OF AUTHORITATIVE KNOWLEDGE”

# GUINÉ EQUATORIAL: A PEQUENA OPEP ONDE SE FALA PORTUGUÊS

PEDRO KRUPENSKI  
PRESIDENTE DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

A Guiné Equatorial pretende tornar-se membro de pleno direito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A decisão final poderá ser tomada na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP que terá lugar em Julho de 2014, em Díli, Timor-Leste.

Os Ministros de Negócios Estrangeiros da CPLP, na recente reunião extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, que teve lugar a 20 de Fevereiro, perante o relatório apresentado pelo Secretário Executivo da CPLP sobre a situação da Guiné Equatorial face ao Programa de Adesão aprovado em Julho de 2012 em Maputo, registaram, com agrado, os avanços recentes ocorridos na implementação do referido Programa de Adesão.

Congratularam-se, “em particular, com o anúncio da adoção de uma moratória da pena de morte, com efeitos imediatos, medida que permitirá à Guiné Equatorial aproximar-se, muito significativamente, do núcleo de princípios fundamentais em que assenta a CPLP, *tendo tomado a decisão de recomendar à próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo, de Díli, a adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito da CPLP.*”

A Plataforma entende que *não estão reunidas as condições para que a Guiné Equatorial adira a esta Comunidade como membro de pleno direito*, pois os critérios da adesão são derradeiramente os Estatutos da CPLP e não qualquer Plano de Adesão cuja verificação de observância não é isenta e independente. Ora, os Estatutos prescrevem no seu artigo 6.º duas condições:

1) O “*Uso do Português como língua oficial*” – Para a adopção plena da língua portuguesa não basta uma mera promulgação presidencial, é necessário a promoção da sua aprendizagem nas escolas, a redacção dos documentos oficiais nesta língua, bem como o seu uso nos tribunais, no parlamento e nos media.

2) A “*Adesão sem reservas aos (...) Estatutos*” – Condição que não se satisfaz com uma mera declaração de aceitação ou de intenções ou manifestação de simpatia pelos princípios e valores inscritos nos Estatutos da CPLP. É sim o resultado da adopção integral, efectiva, concreta, verificável e consequente de tais princípios como seus.

‘NÃO ESTÃO REUNIDAS AS  
CONDIÇÕES PARA QUE A  
GUINÉ EQUATORIAL ADIRA A  
ESTA COMUNIDADE COMO  
MEMBRO DE PLENO DIREITO’

Porém, e citando apenas alguns exemplos, todos os processos eleitorais ocorridos nos últimos anos foram apontados como pouco livres, não existe separação dos poderes nem a garantia efectiva dos Direitos fundamentais, as forças governamentais provocam mortes arbitrárias e à margem da lei, é notória a ausência generalizada de expressões livres e independentes da sociedade civil, tanto ao nível interno como ao nível dos fora sub-regionais e internacionais.

Em suma, pouco ou nada mudou desde a Cimeira de Maputo de 2012, motivo pelo qual a Plataforma Portuguesa das ONGD associou-se à “**Carta aberta: A adesão da Guiné Equatorial representa a venda dos valores da CPLP**”.

Texto editado, aceda à versão integral **aqui**.





AUDIÇÃO PÚBLICA "GUINÉ-EQUATORIAL NA CPLP: A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS"  
PORTUGAL. PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD. 2014



# A IMPLEMENTAÇÃO LOCAL DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015:

## CONSULTA PÚBLICA EM PORTUGAL

CATARINA SILVA

ASSISTENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONSULTA  
PÚBLICA PÓS-2015

PEDRO CRUZ

DIRECTOR EXECUTIVO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Em 2014, o Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas lançou os **Diálogos para a Implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015**, com o objectivo de dar continuidade ao debate global iniciado no ano anterior. A primeira ronda de consultas, realizada em 2013, foi implementada em 87 países e pretendeu identificar as prioridades temáticas que deveriam constar na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, enquanto numa segunda fase, iniciada em 2014, o foco foi colocado na forma e nos mecanismos de implementação da Agenda.

Em Fevereiro de 2014, no contexto de uma sessão plenária do Fórum de Redes da Sociedade Civil<sup>1</sup> que teve como tema a Agenda Pós-2015, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o desafio para que Portugal se envolvesse na segunda fase de Consultas Públicas, abordando especificamente a concretização da Agenda a nível local (“localização”), um dos seis eixos dos diálogos sobre a sua implementação.

A este desafio respondeu um grupo de organizações da sociedade civil (ver caixa) que, com o apoio do Camões, I.P. e do Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), organizaram, entre Maio e Junho, seis *workshops* – em Lisboa,

Porto, Évora, Coimbra e Funchal – que contaram com a participação de mais de cinquenta representantes de organizações da sociedade civil, órgãos do poder local, sector privado e academia, entre outros.

Através destes *workshops* pretendeu-se recolher contributos das várias esferas da sociedade para identificar os desafios que se colocarão à implementação local da Agenda Pós-2015, os papéis a desempenhar pelas várias partes interessadas, os mecanismos e processos a adoptar para garantir uma abordagem integrada e transversal das três dimensões do desenvolvimento sustentável e os instrumentos de monitorização e responsabilização que deverão ser criados ou adaptados a partir dos que já existem.

A participação de organizações de diferentes sectores permitiu reunir um conjunto importante de contributos com diferentes perspectivas sobre a implementação da Agenda Pós-2015, que trazem pistas importantes para perceber de que forma estas entidades poderão trabalhar, individualmente e em conjunto, na sua concretização.

Para a Plataforma, a consulta pública possibilitou não só solidificar o relacionamento e trabalho colaborativo com as outras Organizações da Sociedade Civil co-promotoras deste processo, como também discutir as questões do Desenvolvimento, do combate à Pobreza e da promoção dos Direitos Humanos, vistas sobre uma perspectiva global e num contexto de um mundo interligado, conjuntamente com entidades que normalmente abordam estes temas apenas numa perspectiva nacional. A Universalidade da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, ou seja, a possibilidade de ela vir a incluir metas e objectivos aplicáveis quer em Países em Desenvolvimento como em Países Desenvolvidos reforça a necessidade desta interligação entre as dimensões local e global.

Para além dos *workshops*, esta consulta pública incluiu um questionário *online* através do qual se pretendeu chegar a um número ainda mais alargado de pessoas e organizações, reunindo assim outras perspectivas, que serão incluídas num relatório nacional, que procurará resumir todos os contributos recolhidos no âmbito deste processo.

A consulta culmina com um evento final, a realizar em Lisboa no dia 7 de Julho, onde serão apresentados os resultados preliminares do processo e onde estarão presentes representantes da sociedade



civil portuguesa, da ONU e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, entre outras entidades.

As conclusões de todos os processos de diálogo que, à semelhança do que aconteceu em Portugal, têm vindo a decorrer um pouco por todo o mundo serão incluídas num relatório do Secretário-Geral da ONU e apresentados aos Estados-Membros desta organização antes da reunião da sua Assembleia Geral, em Setembro deste ano.

Os próximos meses serão por isso importantes para a definição final da Agenda Pós-2015 e dos sucessores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Se é certo que a construção desta Agenda foi feita de forma bastante inclusiva, não repetindo alguns dos erros de construção dos ODM,

é ainda cedo para saber se será possível evitar outras das falhas que levaram a que a concretização dos ODM ficasse tão aquém do que todos esperavam.

Faltará sobretudo perceber se os novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) serão acompanhados por mecanismos que permitam responsabilizar Estados e Governos pelo cumprimento dos compromissos que irão assumir ou se continuaremos a caminhar um percurso de sucessivas cimeiras e discursos políticos sempre cheios de um optimismo que, na maioria dos casos, não tem um reflexo prático na melhoria das condições de vida das populações e na concretização dos objectivos e metas que são definidos.

<sup>1</sup> LISBOA, 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2014

---

## INICIATIVAS DA PLATAFORMA SOBRE A AGENDA PÓS-2015

- 16 de Abril de 2013 - Painel sobre “Os sucessores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” no Seminário **Pobreza e Direitos Humanos**, que decorreu no Auditório Novo da Assembleia da República

- Set/Out 2013 - Dossier da **Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD** dedicado à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

- Janeiro de 2014 - *Factsheet* “**Pós 2015: Uma Agenda de Direitos Humanos**” produzida pelo Grupo de Trabalho *AidWatch*

- Junho de 2014 - *Workshop* interno sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 com a participação de 12 ONGD

---

## COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONSULTA PÚBLICA EM PORTUGAL

Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, CICL – Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, CNJ – Conselho Nacional de Juventude, Minha Terra – Federação Portuguesa de Associação de Desenvolvimento Local, PpDM – Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres, Plataforma Portuguesa das ONGD, UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas

---

---

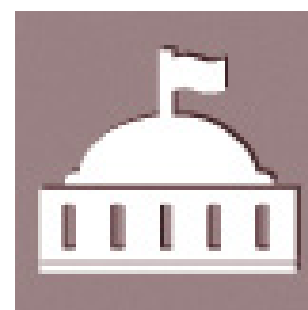
## DIÁLOGOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

Estes diálogos visam dar espaço às pessoas para exprimirem a sua opinião sobre seis áreas temáticas:

1. Localização da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015
2. Ajudar ao reforço de capacidades e construir instituições eficazes
3. Monitorização Participativa e Accountability
4. Parcerias com a sociedade civil e outros actores
5. Envolvimento com o sector privado
6. Cultura e Desenvolvimento



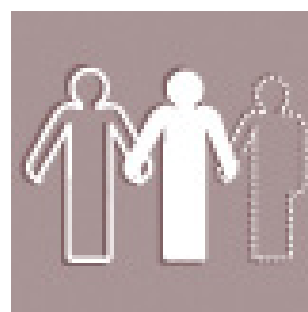
1.



2.



3.



4.



5.



6.

Saiba mais sobre os Diálogos para a implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 no site [www.worldwewant2015.org](http://www.worldwewant2015.org).

---

# POR QUE PRECISAMOS DE UM MOVIMENTO GLOBAL DE CIDADÃOS E CIDADÃS, E O QUE É QUE DEVE SER?

TOBIAS TROLL  
GESTOR DO PROJECTO DEEEP<sup>1</sup>

*“Tornámo-nos de certa forma numa espécie bacterial e as nossas pegadas estão em todo o lado. O planeta está a morrer e há a necessidade de reformular e repensar ou pensar fora dos modelos em que temos pensado sobre o mundo e as nossas relações com ele. Hoje, o imperativo mais premente é recorrer uns aos outros.”*

BAYO AKOMOFALÉ, ORADOR PRINCIPAL NA CONFERÊNCIA DE JOANESBURGO

Face às múltiplas e permanentes crises globais, a necessidade de uma transformação fundamental na forma como a humanidade se relaciona consigo própria e com o planeta é cada vez mais evidente. Até o Secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, sublinha a necessidade de uma “grande transição” e apela as pessoas a tornarem-se “cidadãos globais”<sup>2</sup> porque, num mundo cada vez mais interligado, qualquer transformação que nos distancie da actual exploração das pessoas e do planeta, no sentido de um futuro mais justo e sustentável, não pode ser feita sem os cidadãos e cidadãs deste mundo.

Porém, tal movimento global não pode depender das grandes ONG europeias e americanas, que realizam a sua actividade de *lobby* e legitimam através da sua participação o permanente fracasso do sistema intergovernamental. Um movimento global de cidadãos e cidadãs tem que estar baseado em mobilizações populares. Tem que ser radical e radicalmente inclusivo. Em vez de se focar na influência de políticas, deve associar-se às experiências alternativas oriundas das bases e capitalizá-las e permitir um discurso e um espaço de aprendizagem para que perspectivas alternativas desafiem a cultura, os valores e

quadros dominantes. Paulo Freire, já em 1970, afirmava que a conquista de poder político por parte dos cidadãos e cidadãs é um processo essencialmente emancipatório e educacional: “As pessoas sujeitas à dominação devem lutar pela sua emancipação. [...] O mundo [...] torna-se o objecto dessa acção transformadora de homens e mulheres, o que resulta na sua humanização.”<sup>3</sup>

‘UM MOVIMENTO GLOBAL DE CIDADÃOS E CIDADÃS TEM QUE ESTAR BASEADO EM MOBILIZAÇÕES POPULARES. TEM QUE SER RADICAL E RADICALMENTE INCLUSIVO.’

A educação popular, a Educação para o Desenvolvimento, a aprendizagem global ou a cidadania global estão no centro de um movimento global de cidadãos e cidadãs e de uma grande transição. No entanto, a Educação para o Desenvolvimento tem de deixar o domínio da “indústria” da Ajuda ao Desenvolvimento, onde se situa tradicionalmente, e entrar no cerne do debate sobre o mundo em que queremos viver, baseando-se numa cultura de aprendizagem, partilha e reciprocidade que ajude a fomentar experiências alternativas e radicais e simultaneamente reformule discursos e cultura, para ultrapassar as falsas promessas das ideias *mainstream* acerca do crescimento económico, da concorrência e do consumismo.

Texto editado, aceda à versão integral (em inglês) [aqui](#).

<sup>1</sup> [HTTP://DEEEP.ORG/](http://deEEP.org/)

<sup>2</sup> VER, POR EXEMPLO, O DISCURSO NA UNIVERSIDADE DE STANFORD A 17 DE JANEIRO DE 2013

<sup>3</sup> PAULO FREIRE (1970) “PEDAGOGY OF THE OPPRESSED”

---

A conferência “**Building a global citizens movement**”, co-organizada pela CONCORD (através do projecto DEEEP), CGAP e CIVICUS nos dias 11 e 12 de Novembro de 2013, em Joanesburgo, reuniu 200 activistas, militantes, educadores e líderes de ONG de 82 países. Uma segunda conferência terá lugar, no quadro da **Semana Internacional da Sociedade Civil**, que decorre de 19 a 21 de Novembro de 2014 e está associada à campanha global **Action/2015**.

---



## UMA OPORTUNIDADE A EXPLORAR

**JOÃO MARTINS**

DIRECTOR EXECUTIVO DA ADRA PORTUGAL <sup>1</sup> E MEMBRO  
DO GRUPO DE TRABALHO DE AJUDA HUMANITÁRIA E  
DE EMERGÊNCIA DA PLATAFORMA

Quando analisamos os âmbitos de acção das ONGD portuguesas, membros da Plataforma Portuguesa das ONGD, verificamos que apenas uma minoria tem no seu portfólio projectos de Acção Humanitária. Por essa razão, apenas quatro ONGD fazem parte do Grupo de Trabalho de Ajuda Humanitária da Plataforma.

As razões para este facto podem ser várias, desde a simples falta de interesse por estes assuntos, até ao avultado investimento que normalmente estes projectos necessitam, passando a uma certa relutância em alinhar com projectos mais assistencialistas, sem uma componente de transformação de comportamentos a longo prazo, como são as actividades de desenvolvimento. Outra razão poderá ser a inexistência de financiamento público em Portugal para estes projectos.

No entanto, quando olhamos para a evolução das catástrofes naturais e causadas pelo ser humano nos últimos anos, verificamos que são cada vez mais frequentes e que fazem cada vez mais vítimas. Segundo a OCHA (*United Nations Office for the Humanitarian Affairs*), entre 2003 e 2013, o número de pessoas que necessitavam de ajuda humanitária duplicou de 35 para 70 milhões em todo o mundo.

Olhando para os países com que tradicionalmente as ONGD portuguesas trabalham, verificamos que estes não ficam imunes a esta tendência. Se Moçambique tem sido o mais afectado, com várias secas, inundações e tempestades na última década, algumas regiões de Angola também têm sido afectadas por secas, cólera e várias inundações. Timor-Leste sofre frequentemente de cheias e de surtos de dengue e a Guiné-Bissau vive com frequência instabilidade militar. Apenas Cabo Verde

e São Tomé e Príncipe parecem ser menos vulneráveis a crises humanitárias, mas no primeiro caso existe a possibilidade de ocorrerem erupções vulcânicas e no segundo a incidência de cólera e de malária constituem potenciais riscos.

Nos últimos anos, as várias organizações internacionais e doadores que trabalham na área humanitária têm vindo a enfatizar cada vez mais a necessidade de se concentrar mais esforços na prevenção e redução dos riscos de catástrofes. De facto, a simples resposta reactiva deixou de ser suficiente e é insustentável. Uma acção colectiva e proactiva, além de salvar vidas, aumenta as oportunidades de desenvolvimento.

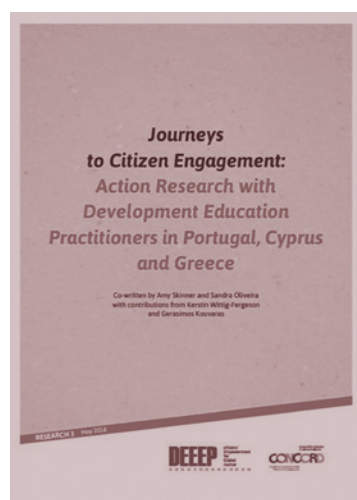
As organizações humanitárias estão a investir cada vez mais neste aspecto e, aqui, as ONGD portuguesas podem desempenhar um papel importante junto dos países e comunidades onde trabalham. Por conhecerem e serem conhecidas e por terem programas de longo prazo a funcionar estão bem posicionadas para gerirem projectos de resiliência e redução de riscos de catástrofes.

‘AS VÁRIAS ORGANIZAÇÕES  
INTERNACIONAIS E DOADORES  
QUE TRABALHAM NA ÁREA  
HUMANITÁRIA TÊM VINDO A  
ENFATIZAR CADA VEZ MAIS A  
NECESSIDADE DE SE CONCENTRAR  
MAIS ESFORÇOS NA PREVENÇÃO  
E REDUÇÃO DOS RISCOS DE  
CATÁSTROFES’

Este tipo de acções requer um investimento relativamente baixo, implica desenvolvimento de longo prazo e tem financiamento disponível. Apenas faltará o despertar da atenção por parte das ONGD.

<sup>1</sup> WWW.ADRA.ORG.PT

# PUBLICAÇÕES



## JOURNEYS TO CITIZEN ENGAGEMENT

ACTION RESEARCH WITH DEVELOPMENT EDUCATION PRACTITIONERS IN PORTUGAL, CYPRUS AND GREECE

por AMY SKINNER E SANDRA OLIVEIRA

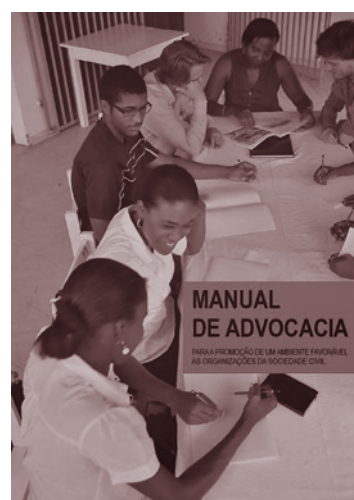
edição DEEEP

em 2014

língua INGLESA

Este relatório é o resultado de um projecto de investigação/acção sobre abordagens de “*citizen engagement*” utilizadas pelos técnicos de Educação para o Desenvolvimento em países em situação de crise, nomeadamente Portugal, Chipre e Grécia. Como recomendação fica a ideia de que a ED deve criar multiplicadores e construir competências junto das pessoas numa lógica de mediação para a mudança.

De salientar que esta publicação contou com o envolvimento do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma.



## MANUAL DE ADVOCACIA

PARA A PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

adaptado por ACEP

edição ACEP E FONG-STP

em 2014

Publicado no âmbito do projecto “Sociedade Civil pelo Desenvolvimento-Comunicação,Capacitação, Advocacia”, este manual pretende constituir-se como um apoio às acções de advocacia realizadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC). A brochura apresenta um conjunto de ferramentas para a definição de estratégias que visem a influência da agenda política. É proposta uma abordagem em sete passos para fazer advocacia para um ambiente favorável às OSC e que pode ser adaptada a estratégias de advocacia noutros domínios.



## (DES)ENVOLVER A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO VOLUNTARIADO PARA A COOPERAÇÃO

por ISU E IMVF

edição ISU

em 2014

Este guia tem como objectivo contribuir para a melhoria das práticas de Educação para o Desenvolvimento em Portugal através da capacitação das organizações da sociedade civil na elaboração e gestão de Programas de Voluntariado para a Cooperação.



## ADVOCACY TOOLKIT: INFLUENCING THE POST-2015 DEVELOPMENT AGENDA

por AMY CUTTER, IAN FENN & FREYA SEATH

edição CIVICUS & STAKEHOLDER FORUM

em 2014

língua INGLESA

Esta publicação visa capacitar organizações da sociedade civil e outros *stakeholders* que desejem influenciar a Agenda Pós-2015, incluindo a definição e a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



## BETTER POLICIES FOR DEVELOPMENT 2014.

POLICY COHERENCE AND ILLICIT FINANCIAL FLOWS

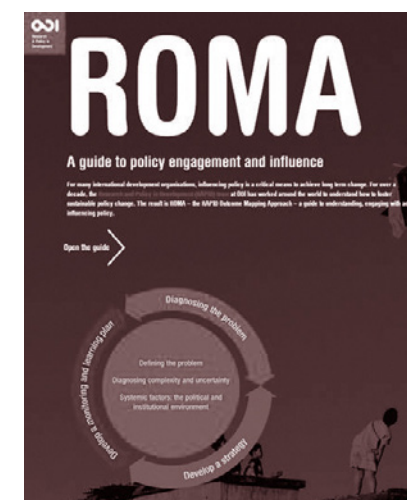
por OECD

edição OECD

em 2014

língua INGLESA

A publicação anual da OCDE dedicada à Coerência das Políticas de Desenvolvimento centra-se este ano na análise dos fluxos financeiros ilícitos e nos seus efeitos prejudiciais para o Desenvolvimento.



## ROMA: A GUIDE TO POLICY ENGAGEMENT AND INFLUENCE

por JOHN YOUNG ET. AL.

edição ODI

em 2014

língua INGLESA

Muitas organizações de Desenvolvimento internacional têm como objectivo contribuir para a mudança política e social. Porém, nem sempre atingem os resultados que desejariam. Este guia visa auxiliar as organizações a delinear estratégias de influência política.



AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	JUL 2014		
						1	5. IX ENCONTRO “A ESCOLA NO MUNDO E O MUNDO NA ESCOLA”   organizado por FGS   LISBOA	12-13. IV EDIÇÃO DA FEIRA DO LIVRO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE EM PORTUGAL   organizado por MÉN NON   LISBOA	14. Colóquio “PROCESSOS DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE: ANTICOLONIALISMO E RUTURAS IDENTITÁRIAS NO FEMININO”   organizado por CES   COIMBRA
2	3	4	5	6	7	8			
9	10	11	12	13	14	15	10. 5TH #DARETALK WEBINAR – “BEYOND EUROPEAN GROWTH OBSESSION: RIGHTS, JUSTICE AND DEMOCRACY FOR ALL”   organizado por DEEEP   BRUXELAS	14. ALTERNATIVE CONCEPTIONS OF PLANNING AND THEIR RELEVANCE FOR SUB-SAHARAN CITIES: CASE STUDY OF MAPUTO   organizado por CES   LISBOA	21-25. ESCOLA DE VERÃO “ATERRA – PERSPECTIVAS GLOBAIS E ESTRATÉGIAS LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL”   organizado por FEC   OURÉM
16	17	18	19	20	21	22			
23	24	25	26	27	28	29	10. Lançamento do livro “GUINÉ-BISSAU, UM PAÍS ADIADO – CRÓNICAS NA PÁTRIA DE CABRAL”   organizado por Mundo a Sorrir   LISBOA		
30	31								
SET 2014									
							10-13. UNIVERSIDADE DE VERÃO “COMPREENDER A CRISE, REFORÇAR A CIDADANIA”   organizado por IN LOCO   LOULÉ	11-12. EU GRANTS: HOW TO MANAGE EUROPEAID GRANT CONTRACTS?   organizado por MDF   BRUXELAS	20. CURSO DE LIDERANÇA DO DEEEP   organizado por DEEP   BÉLGICA
OUT 2014									
							15. Conferência Internacional: “DEVELOPMENT AND DEMOCRACY”   organizado por Pontis Foundation   BRATISLAVA	28. Fórum de Educação para o Desenvolvimento: A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA GLOBAL NA SOCIEDADE   organizado por Comissão de Acompanhamento da ENED   LISBOA	
NOV 2014									
							13. KAPUSCINSKI DEVELOPMENT LECTURES   organizado por CEsA   LISBOA	17-19. EU GRANTS: HOW TO OBTAIN EUROPEAID FUNDING?   organizado por MDF   BRUXELAS	27. XI CONGRESSO INTERNACIONAL DO CPR – GUERRA NA SÍRIA: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS   organizado por CPR   LISBOA

**ABRAÇO** ASSOCIAÇÃO DE APOIO A  
PESSOAS COM VIH/SIDA

**ACEP** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO  
ENTRE OS POVOS

**ACGB** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO  
COM A GUINÉ-BISSAU

**ADDHU** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS HUMANOS

**ADPM** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO  
PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

**ADRA** ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA  
O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E  
ASSISTÊNCIA

**AIDGLOBAL** ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA  
O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

**AJAP** ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS  
AGRICULTORES DE PORTUGAL

**AMU** COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE  
LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

**APCD** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE  
CULTURA E DESENVOLVIMENTO

**APDES** AGÊNCIA PIAGET PARA O  
DESENVOLVIMENTO

**APF** ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO  
DA FAMÍLIA

**APOIAR** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE  
APOIO A ÁFRICA

**ASSOCIAÇÃO HELPO**

**ASSOCIAÇÃO PAR** RESPOSTAS SOCIAIS

**ATA** ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

**ATLAS** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO

**BATOTO YETU PORTUGAL** ASSOCIAÇÃO  
CULTURAL E JUVENIL

**CÁRITAS PORTUGUESA**

**CEAUP/ONGD** CENTRO DE ESTUDOS  
AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

**CHAPITÔ**

**CIDAC** CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

**CPR** CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS  
REFUGIADOS

**EQUIPA D'ÁFRICA**

**EAPN PORTUGAL** REDE EUROPEIA  
ANTI-POBREZA

**E&O** ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA  
O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

**EPAR** DESENVOLVIMENTO, ENSINO  
FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

**FCL** FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

**FEC** FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

**FGS** FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

**FUNDAÇÃO BOMFIM**

**FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT**

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O  
DESENVOLVIMENTO**

**G.A.S. PORTO** GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL  
DO PORTO

**GRAAL** ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER  
SOCIAL E CULTURAL

**GTO LX** GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

**IED** INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O  
DESENVOLVIMENTO

**IMVF** INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

**ISU** INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E  
COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

**LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

**LIGAR À VIDA** ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO  
HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

**MDM – P** MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL  
**MENINOS DO MUNDO**

**MG** MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO  
HUMANITÁRIA

**MONTE** DESENVOLVIMENTO ALENTEJO  
CENTRAL – ACE

**MSH** MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

**MUNDO A SORRIR** ASSOCIAÇÃO DE  
MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS  
PORTUGUESES

**OIKOS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA**

**ORBIS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
**PRO DIGNITATE** FUNDAÇÃO DE DIREITOS  
HUMANOS

**RAIA HISTÓRICA** ASSOCIAÇÃO DE DESEN-  
VOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

**ROSTO SOLIDÁRIO** ASSOCIAÇÃO DE  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

**SAÚDE EM PORTUGUÊS**

**SOLSEF** SOL SEM FRONTEIRAS

**SOPRO** SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

**TERRAS DENTRO** ASSOCIAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

**TESE** ASSOCIAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO

**UMP** UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS  
PORTUGUESAS

**UNICEF** COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

**URB-ÁFRICA** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPE-  
RAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

**VIDA** VOLUNTARIADO INTERNACIONAL  
PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

**VITAE** ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE  
E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

**VSF** VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS  
PORTUGAL

**WACT** WE ARE CHANGING TOGETHER